

Polícia acha que propina envolve PT e multinacional

São Paulo — Zaca Feitosa

Lia Carneiro

SÃO PAULO — A organização argentina Bunge y Born está diretamente ligada ao caso Lubeca, que provocou a exoneração do secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh. A Polícia Civil de São Paulo já trabalha com esta informação e deve divulgá-la no próximos dias.

“Temos fortes indícios de que existem ligações entre quem fez a aplicação no mercado financeiro do cheque inicialmente emitido pela empresa Lubeca, José Luis Aranha Moura, que é um dos proprietários da Appraisal Avaliações Engenharia Ltda, e um elemento ligado à alta direção da Bunge y Born”, afirmou o responsável pelo inquérito, delegado Massilon José Bernardes Filho, titular do 4º Distrito Policial. Bernardes pretende promover uma ampla fiscalização nas empresas Lubeca e Appraisal, para esclarecer não somente o caso Lubeca, mas trazer à tona outras operações ilegais em que as empresas estejam envolvidas.

Sócios — Embora a Polícia Civil paulistana ainda prefira falar em indícios, sem dar oficialmente *nomes aos bois*, as informações indicam que Moura é, na verdade, sócio de Luciano Girão, considerado o braço direito do principal acionista da organização Bunge y Born, Otavio Carabailo.

“Alguém está mentindo em algum lugar nesta história”, disse o procurador do Ministério Público Dráulio Lucio Barreto, que solicitou ajuda ao Banco Central, junto com o outro procurador encarregado do caso, José Silvino Perantoni, para desvendar os caminhos percorridos pelo cheque de NCz\$ 900 mil, emitido em 22 de agosto último, pela empresa Lubeca. A Polícia Civil está procurando manter contato tanto com Girão quanto com Moura, que está foragido. “Nós não vamos ficar aguardando a boa vontade de Moura para esclarecer esta história”, garantiu Barreto, que não descarta a possibilidade de um pedido de prisão preventiva contra Moura.

O caso Lubeca veio à tona no debate entre os candidatos à Presidência da República promovido pela Rede Bandeirantes no dia 16. Na ocasião, o candidato do PSD, Ronaldo Caiado, acusou a Prefeitura de São Paulo de ter recebido propina, citando os números dos cheques utilizados na transação. A propina teria sido oferecida pela Lubeca Empreendimentos Imobiliários, por meio do consultor jurídico José Firmo Ferraz Filho, como contribuição para a campanha do PT em reconhecimento à eficiência das negociações entre a prefeitura e a empresa para a aprovação de um projeto imobiliário de 35 prédios residenciais e 12 de escritórios na Zona Sul da cidade.

No intervalo do debate, o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh envolveu-se numa áspera discussão com Caiado, indignado com as acusações, mas terminou por admitir, na última segunda-feira, que tinha conhecimento da oferta ilegal de recursos. Por não ter denunciado o fato de imediato, Greenhalgh foi exonerado, na quarta-feira, de seu cargo de secretário dos Negócios Extraordinários pela prefeita Luiza Erundina, sob a alegação de “quebra de confiança”.

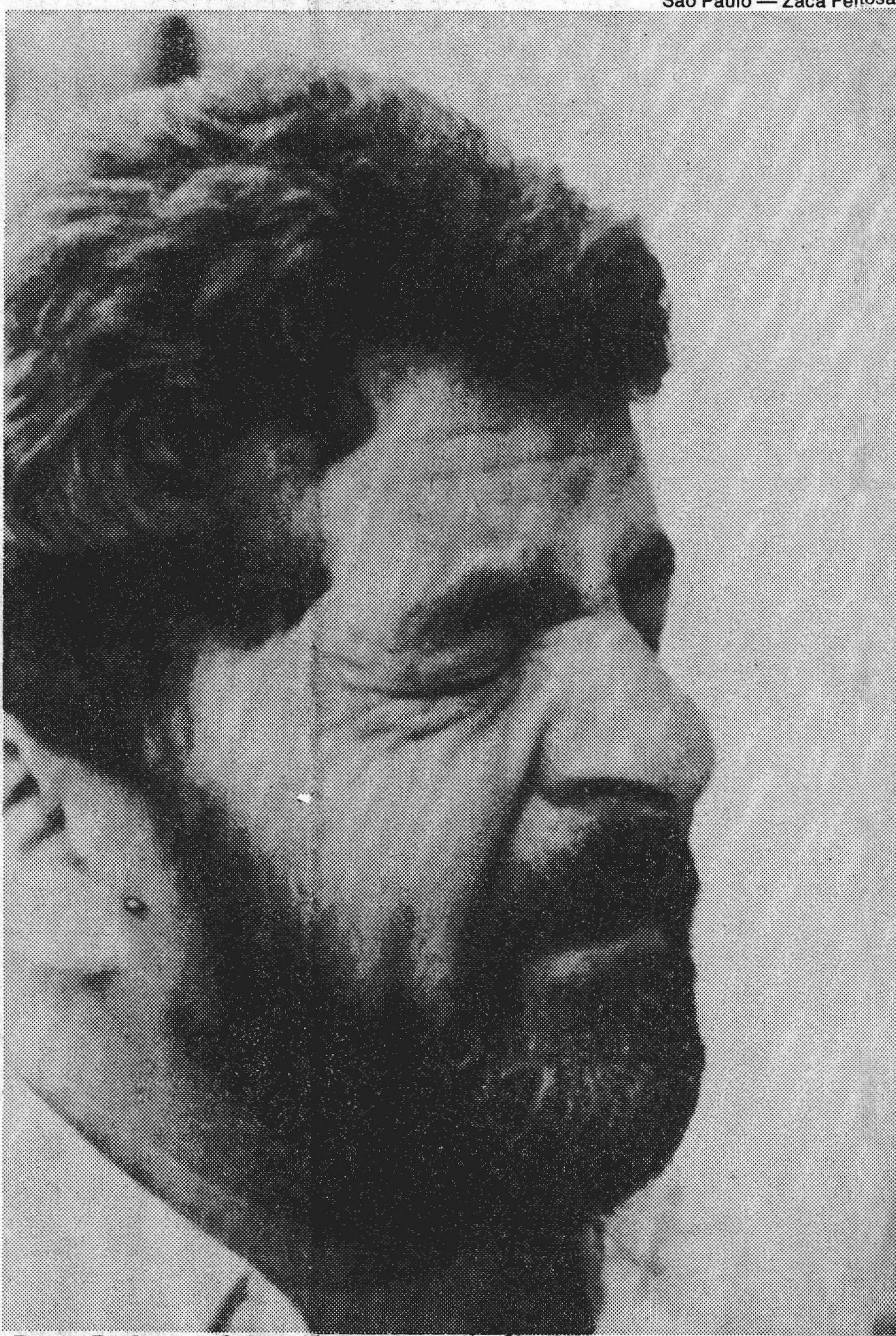
Nota fria — Outro envolvido no caso, o dono da Tertec Comércio e Técnica de Serviços, Osmar Cássio Rossato, também foragido, poderá ser surpreendido com um pedido de prisão preventiva. A polícia suspeita que a empresa Appraisal, de Moura e Girão, teria atuado como intermediária entre a Lubeca e a Tertec, que, por sua vez, seria a mediadora da transação. Como a Lubeca é ligada a uma multinacional teria assinado um contrato de prestação de serviços com a Tertec, para justificar a saída de dinheiro. Na verdade, como há evidências de que estes serviços nunca foram prestados pela Tertec (a perícia do Instituto de Criminalística da Polícia Civil está investigando o local das obras), a empresa teria simplesmente vendido uma nota fria à Lubeca, com a intermediação da Appraisal.

De acordo com a apuração do Banco Central, o cheque de NCz\$ 900 mil emitido pela Lubeca para a Tertec em 22 de agosto deste ano, foi depositado na agência City Lapa do Banco Bradesco. No mesmo dia, a Tertec emitiu um cheque ao portador no valor de NCz\$ 837 mil (os NCz\$ 63 mil subtraídos do cheque original de NCz\$ 900 mil seriam a comissão da Tertec). Ainda no dia 22 de agosto, José Luis Aranha Moura aplicou esse cheque emitido pela Tertec na Segmento Distribuidora de Valores e Títulos Imobiliários, cujo proprietário é Gaspar Gasparian, irmão do deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Trajatória — Gaspar Gasparian foi procurado ontem pelo **JORNAL DO BRASIL** e disse que não tinha nada a declarar. Nos bastidores das investigações, existem informações de que a Lubeca e a Appraisal são clientes constantes da corretora Segmento. O cheque apresentado por Moura para que a Segmento aplicasse no mercado financeiro foi depositado na agência central do BCN. No dia 24 de agosto, Moura solicitou à Segmento o resgate de NCz\$ 720 mil (os NCz\$ 117 mil subtraídos do cheque de NCz\$ 837 mil seriam a comissão de Moura). O resgate foi sacado pelo próprio Moura ou por alguém ligado a ele no Banco Digital, e depositado no Banco Cidade de São Paulo, na agência da Avenida Paulista. Ao mesmo tempo que esta pessoa, ainda não identificada pela polícia, fez o depósito, emitiu também uma ordem de pagamento para outra, que também não foi identificada, no mesmo valor de NCz\$ 720 mil.

Se as suspeitas da polícia forem confirmadas, o cheque saiu da Lubeca e, depois de dar umas voltinhas pela Tertec e pela Corretora Segmento, voltou às mãos de Moura (sócio de Luciano Girão, ligado não só à própria Lubeca, mas à organização Bunge y Born). Na verdade, é como se o cheque nunca tivesse saído da Lubeca, pois toda a operação realizada seria apenas para justificar a saída contábil de dinheiro da empresa, sem revelar seu provável destino: a Prefeitura de São Paulo.

A polícia suspeita que, em meados de junho, quando a prefeita Luiza Erundina embargou a obra do Projeto Urbanístico Panamby, exigindo que a construção não compromettesse a maior parte da área verde do local, Girão tenha recebido carta branca da Bunge y Born para alterar os rumos dessa história. Como o projeto é um investimento de US\$ 600 milhões, a polícia também está considerando os NCz\$ 720 mil como uma quantia subestimada.



Para Lula, as denúncias não prejudicam a sua campanha

“Querem tirar a virgindade do PT”

“Não sou vidente nem tenho nenhuma a meu serviço para saber se isso vai prejudicar minha candidatura”, disse ontem o candidato do PT à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, ao ser indagado sobre possíveis danos ao seu desempenho nas eleições, provocados pela denúncia de que a Lubeca teria oferecido à Prefeitura de São Paulo, ajuda financeira à sua campanha em troca da aprovação do projeto Tangará-Panamby. Em rápida entrevista concedida durante um intervalo das gravações de seu programa de televisão, Lula aproveitou para alfinetar seus adversários. “Se denúncias prejudicassem candidaturas, o Brizola não seria candidato e o Fernando Collor menos ainda”.

Luis Inácio Lula da Silva queixou-se da repercussão que a imprensa vem dando

ao caso Lubeca. “Querem tirar a virgindade do PT”, disse o candidato, criticando os jornais por não repercutirem denúncias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, contra o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, da forma como vêm fazendo com o caso Lubeca “A *Folha* vive publicando denúncias contra o Collor e ninguém repercute. Mas a Lubeca faz três dias que não sai das manchetes”.

Durante sua entrevista, o candidato do PT anunciou para amanhã à noite, no horário eleitoral, um programa dedicado à favela Nova República, soterrada por toneladas de terra na semana passada. Embora Lula não quisesse adiantar o teor do programa, sua assessoria informou que, pela primeira vez, aparecerá a verdade dos fatos que geraram o soterramento.

Vice de Erundina não renunciará ao cargo

O vice-prefeito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh, que antontem foi exonerado do cargo de secretário dos Negócios Extraordinários pela prefeita Luiza Erundina, não vai renunciar. “Isso eu não faço de maneira alguma”, disse ele numa tumultuada entrevista na tarde de ontem. Greenhalgh foi demitido junto com seu chefe de gabinete, Luiz Eduardo de Almeida Curti, por envolvimento na confusa história de corrupção já batizada de caso Lubeca. A Lubeca S/A Empreendimentos e Administração, uma empresa do grupo Moinho Santista, associado à multinacional Bunge y Born, é acusada de oferecer dinheiro para a campanha de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Greenhalgh admitiu há quatro dias que a proposta foi feita efetivamente — mas recusada.

“Eu pedi a exoneração por que a prefeitura tinha que ficar totalmente livre para investigar todas as coisas com maior liberdade e tranquilidade”, disse o vice-prefeito, nervoso. “Eu tenho absoluta consciência da minha insuspeitabilidade neste caso. Esta acusação não é voltada contra o governo de São Paulo ou contra o vice-prefeito, mas sim contra a candidatura do companheiro Lula”. Greenhalgh atribuiu as denúncias de corrupção “a mais uma das muitas calúnias que nós já sofremos”.

Apelo — O vice-prefeito fez um apelo “às autoridades do Banco Central do Brasil”, para que “rastrem com a maior rapidez possível a trajetória dos dois cheques emitidos pela Lubeca para as empresas Tertec e Bel-air”. “Nós já temos informações extra-oficiais de que esse dinheiro (NCz\$ 900 mil) não entrou na conta do PT”, disse.

Greenhalgh não quis responder a uma pergunta sobre a nota oficial com que a prefeita Luiza Erundina o exonerou. A nota diz, em certo trecho, que a decisão de exonerá-lo “se prende ao entendimento de que houve quebra da relação de confiança que se tem por indispensável ao exercício das funções de assessoria direta à chefia do Executivo”. Fontes bem próximas a ele, entretanto, não escondem que a dureza da nota o deixou indignado.

O ex-secretário vai depor na Comissão Especial de Inquérito (CEI) formada na Câmara dos Vereadores para apurar o Caso Lubeca, motivo de sua demissão. Interessada em obter licença da prefeitura para um grande empreendimento imobiliário, a Lubeca teria oferecido contribuição financeira para a campanha de Lula através de integrantes do *staff* de Greenhalgh na administração.

Depoimento — O depoimento de Greenhalgh só será feito depois de a CEI ouvir a diretoria das empresas envolvidas — a própria Lubeca e a Tertec Comércio e Tecnologia, que teria recebido um cheque da Lubeca sem prestar serviços. Serão ouvidas ainda as pessoas envolvidas com o roteiro deste cheque, os secretários Lúcio Gregory e Hermínia Maricato (presentes à reunião em que Greenhalgh propôs à empresa a construção de equipamentos públicos), e o candidato do PSD à Presidência da República, Ronaldo Caiado, (que fez a denúncia durante o debate entre os candidatos promovido no dia 16 de outubro pela TV Bandeirantes), além de Paulo Argentio, funcionário da Lubeca que foi à Polícia Federal com mesma denúncia.

☐ **Ronaldo Caiado, candidato do PSD à Presidência da República, gravou ontem em Belo Horizonte um programa para televisão em que explora os resultados de sua denúncia sobre suposta corrupção na Prefeitura de São Paulo, ocupada pelo PT. Repetirá que a Prefeitura favoreceu a empresa Lubeca em troca de contribuição financeira para a campanha do candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e enaltecerá o papel da imprensa na apuração do caso.**

São Paulo — Ariovaldo Santos



☐ Os slogans usados pelos candidatos à sucessão presidencial têm servido também para a propaganda de vários produtos, inclusive colchões. Na Rua da Consolação, um dos principais corredores de tráfego e movimentado ponto comercial de São Paulo, um outdoor com a propaganda de uma marca de colchões traz nos eles dobrados da

frase “Escolha o melhor colchão” uma referência direta ao logotipo do candidato Fernando Collor de Mello. Ao lado do anúncio de colchões, uma indústria de ferramentas aconselha ao eleitor: “O voto é a melhor ferramenta”. Ainda no mesmo muro, partidários do PDT picharam em letras vermelhas o nome do seu candidato, completando o painel

dente da seção regional no Estado do Rio.

Prioridade — Os 44 candidatos a presidente e a vice-presidente da República não precisarão se preocupar com o local da votação, no próximo dia 15. Ontem, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, informou que os candidatos estarão liberados para votar em qualquer ponto do país. Dois candidatos a presidente e dois a vice, caso nenhum concorrente consiga maioria absoluta (metade mais um) de votos no dia 15, deverão ter o mesmo privilégio também no dia 17 de dezembro, data do segundo turno da eleição.

Sem direito — O Tribunal Superior Eleitoral negou ontem dois pedidos de direito de resposta no horário da propaganda eleitoral gratuita na televisão. O ministro Octávio Gallotti indeferiu pedido do ex-prefeito Jânio Quadros contra o programa da Frente Brasil Popular (PT-PSB-PC do B) do dia 22 de outubro. Segundo o ministro do TSE, Jânio não cumpriu o prazo estabelecido na lei para fazer o pedido e apresentou argumentação fraca. Outro pedido indeferido foi o do candidato do PL, Afif Domingos, contra o candidato do PSDB, Mário Covas, que acusou Afif de ter defendido os interesses dos empresários durante a Constituinte.